

É hora de mudar

EDSON GOMES DOS SANTOS

Dizer que os problemas crônicos de saúde pública no País têm solução pode parecer presunção. Mas já está na hora de acreditar que sim e analisar as contribuições nesse sentido. Hoje, ao contrário do que ocorria no passado, tais contribuições possivelmente não cairiam no vazio. O atual governo tem manifestado, em medidas concretas, interesse em tirar o País do caos que se instalou na saúde pública — fruto da incompetência generalizada e da corrupção.

Um bom referencial da "luz no fim do túnel" — afora todo o empenho do governo e da Justiça em apurar denúncias e punir culpados — está no discurso do ministro Jatene, coerente quando afirma sem rodeios que nem todos os problemas da área são consequência da falta de recursos financeiros.

Falta de recursos, aliás, não é desculpa para a inoperância. Os aumentos nas alíquotas de contribuições previdenciárias são recentes, onerando empresas. Essas contribuições compõem parte do que se convencionou chamar encargos sociais, os quais não trouxeram nenhuma melhoria à assistência ao trabalhador nem retorno para as empresas. Pior: serviram, entre outros fins, para financiar mordomias.

Partindo da premissa de que o governo é péssimo administrador (ou, pelo menos, aqueles a quem se delega esta missão, normalmente de caráter político) e diante da constatação de que os hospitais públicos *fornecem* um serviço tão caro quanto ineficiente, somos a favor de delegar à iniciativa privada a operação do que se poderia denominar Sistema de Saúde do Trabalhador.

Este sistema deveria ser inteiramente auto-suficiente. Financeiramente mantido pelas empresas, absorveria uma fatia do bolo recolhido ao INSS, somando-se a ela pequena contribuição adicional e mais uma terceira parte, recolhida dos empregados de maior renda que utilizassem os serviços do sistema.

Supondo-se que esse sistema fosse implantado, os grandes beneficiá-



ESTADO DE SÃO PAULO

rios (além das próprias empresas e da sociedade como um todo) seriam as empresas de medicina de grupo e correlatas, que veriam triplicar seu mercado. Em contrapartida, essas empresas ficariam obrigadas a criar e manter postos de saúde pública para atender à população carente, em volume proporcional a seu faturamento, com apoio dos governos estaduais e municipais, imediatamente aliviados de obrigações financeiras nessa área.

O Sistema de Saúde do Trabalhador seria ainda complementado com as empresas ligadas à lucrativa área de saúde, especialmente seus fornecedores, incentivados a praticar preços reduzidos junto aos postos de saúde.

Fechando o círculo, chegamos às entidades sem fins lucrativos e fundações, com uma medicina de elevado padrão de qualidade, que investem sistematicamente em novas tecnologias, graças a contribuições e doações. Nada mais justo, portanto, que incentivar essas entidades dando-lhes condições de crescimento físico e tecnológico. Ou seja, permitir que elas cresçam exatamente na direção das áreas carentes, dos referidos postos de saúde pública situados nas periferias.

Seriam verdadeiros "postos avançados" de atendimento, que se valeriam da experiência técnico-científico-administrativa dos hospitais de primeira linha. Além dos recursos oriundos do sistema, as coletividades, que hoje já apóiam esses hospitais, também poderiam colaborar, unindo forças com as próprias comunidades locais.

O papel do poder público nessa nova estrutura de saúde seria o de normatizar os serviços prestados e garantir profissionais de fato qualificados. Esses profissionais seriam treinados em centros de formação profissional gratuitos. Em contrapartida, deveriam, depois de formados, prestar temporariamente serviços nos postos de saúde pública.

Temos certeza de que só assim — a partir do debate das idéias — a saúde pública no Brasil deixará de correr atrás de seus mortos para levar a milhões de brasileiros os benefícios de uma medicina de alto nível profissional e tecnológico.

■ Edson Gomes dos Santos é superintendente do Hospital Samaritano de São Paulo